

ONM Health S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
para o Trimestre Findo em 31 de Março 2022
e Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras	1
Balancos patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
ONM Health S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da ONM Health S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.


Alcance da revisão


Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações intermediárias trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais.

Campinas, 16 de maio de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

2022CA014582

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

ONM HEALTH S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.230	6.639	Fornecedores	10	5.424	4.917
Contas a receber	5	9.640	9.616	Fornecedores - Confirming	10	6.046	6.456
Impostos a recuperar	6	1.689	1.601	Empréstimos e financiamentos	13	4.635	2.547
Ativo financeiro	7	36.367	36.259	Debêntures	14	766	5.188
Outros ativos		407	396	Arrendamentos	9	199	231
Total do ativo circulante		<u>59.333</u>	<u>54.510</u>	Obrigações trabalhistas		1.249	1.676
				Impostos e contribuições a recolher	11	1.240	1.140
				Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	95	252
				Dividendos propostos	23	26.454	26.454
				Outros passivos		47	93
				Total do passivo circulante		<u>46.155</u>	<u>48.953</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras.	4	692	676	Empréstimos e financiamentos.	13	69.758	71.792
Impostos a recuperar.	6	13.933	14.200	Debêntures.	14	56.459	51.921
Outros ativos.		457	457	Arrendamentos.	9	3	25
Ativo financeiro.	7	221.834	223.583	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	35.121	34.455
Imobilizado	8	2.999	3.086	Impostos e contribuições a recolher.	11	37.074	37.307
Direito de uso	9	421	485	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	595	620
Total do ativo não circulante		<u>240.336</u>	<u>242.486</u>	Total do passivo não circulante		<u>199.010</u>	<u>196.119</u>
				Total do passivo		245.165	245.072
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	31.700	31.700
				Reserva Legal		4.982	4.982
				Reserva de lucros		17.822	15.243
				Total do patrimônio líquido		<u>54.504</u>	<u>51.925</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>299.669</u>	<u>296.997</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>299.669</u>	<u>296.997</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Período de três meses findo em	
	explicativa	31/03/2022	31/03/2021
Receita líquida dos serviços prestados	18	23.827	23.500
Custo de serviço prestado	19	<u>(12.679)</u>	<u>(11.905)</u>
LUCRO BRUTO		11.148	11.595
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(3.586)	(2.903)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>115</u>	<u>195</u>
		(3.471)	(2.708)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		7.677	8.887
Receita financeira	20	82	67
Despesa financeira	20	<u>(4.160)</u>	<u>(2.020)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(4.078)	(1.953)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>3.599</u>	<u>6.934</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	21	(354)	(1.316)
Diferido	21	<u>(666)</u>	<u>(1.156)</u>
		(1.020)	(2.472)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u><u>2.579</u></u>	<u><u>4.462</u></u>
Resultado básico e diluído por ação	17	0,08	0,14

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de três meses findo em	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro líquido do Período	2.579	4.462
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>2.579</u>	<u>4.462</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Total Patrimônio Líquido	
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		Lucros acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	31.700	3.643	69.568	-	104.911
Lucro líquido do período	-	-	-	4.462	4.462
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2021	<u>31.700</u>	<u>3.643</u>	<u>69.568</u>	<u>4.462</u>	<u>109.373</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	31.700	4.982	15.243	-	51.925
Lucro líquido do período	-	-	-	2.579	2.579
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2022	<u>31.700</u>	<u>4.982</u>	<u>15.243</u>	<u>2.579</u>	<u>54.504</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Período de três meses findo em	
		31/03/2022	31/03/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.599	6.934
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Bônus de adimplência	13	-	(33)
Depreciação e amortização	19	157	135
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	9,13 e 14	4.065	1.890
Provisões para riscos trabalhistas	15	(25)	(19)
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	7	(6.648)	(6.404)
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		<u>1.148</u>	<u>2.503</u>
Variações no capital de giro:			
Contas a receber		(24)	91
Impostos a recuperar		179	91
Estoques		-	(8)
Ativo financeiro da concessão	7	8.963	8.443
Fornecedores e prestadores de serviços	10	507	3.156
Obrigações trabalhistas		(427)	(52)
Impostos a recolher		(392)	(169)
Outras ativos e passivos		(57)	(665)
Caixa gerado aplicado nas operações		<u>9.897</u>	<u>13.390</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(252)	-
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	13 e 14	(3.847)	(2.078)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.798</u>	<u>11.312</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(6)	(39)
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(674)	(615)
Aplicações financeiras	4	(16)	5.190
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos		<u>(696)</u>	<u>4.536</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Fornecedores e prestadores de serviços - Confirming	10	(410)	(2.511)
Pagamento de financiamento e arrendamentos	9 e 13	(101)	(5.224)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(511)</u>	<u>(7.735)</u>
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.591</u>	<u>8.113</u>
Caixa e equivalentes no início do período		6.639	3.060
Caixa e equivalentes no final do período		11.230	11.173
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		<u>4.591</u>	<u>8.113</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ONM Health S.A.(Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à rua Dona Luiza, nº 311, no bairro Milionários, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada.

A Andrade Gutierrez Engenharia S.A. realizou a venda de sua participação na Companhia (50,1% das ações da ONM Health S.A..) para a empresa Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., em 10 de fevereiro de 2020 e foi registrada por meio do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a transferência do controle societário da Companhia, que teve o contrato de compra e venda assinado em 20 de fevereiro de 2020, data a partir da qual a participação foi transferida.

Em 15 de abril de 2020 a Companhia teve sua denominação social alterada para ONM Health S.A. (anteriormente denominada Novo Metropolitano S.A.) e passou a atuar sob o nome fantasia “ONM Health”, na mesma data a Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. promoveu a compra das participações acionárias da Companhia detidas pelas empresas Vivante S.A. e Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Desta forma a ONM Health S.A. tornou-se subsidiária integral da empresa Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Contrato de Concessão

A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia assumiu compromissos em seu Contrato de Concessão que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços.

Desde sua assinatura até a presente data, uma série de ajustes foram efetuados no Contrato de Concessão através de aditivos, conforme apresentados nas demonstrações financeiras históricas da Companhia.

Em 13 de Maio de 2021 a Companhia assinou o Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão cujo escopo refere-se à prorrogação da vigência do Décimo Segundo Termo Aditivo pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir de 1º de Abril de 2021, para estabelecer possíveis ampliações e alterações de tipologias de leitos, de forma temporária e emergencial, em decorrência da pandemia COVID-19, com quantitativos máximos físicos e financeiros referente a prestação de serviços adicionais previstos no Anexo 5 do Contrato de Concessão, estabelecer valores máximos dos serviços extraordinários e por fim, alterar a redação dos itens 2.1, 2.1.1, Tabela 02 e Tabela 04 da Cláusula Segunda do Décimo Segundo Termo Aditivo.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O Aditivo refere-se a prorrogação do Décimo Terceiro Termo Aditivo pelo prazo de três meses a contar a partir de 1º de outubro de 2021.

Em 25 de março de 2022, a Companhia assinou o Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O Aditivo refere-se à possibilidade de ampliação no quantitativo de leitos do Hospital até o limite de 120 leitos adicionais e/ou alterar a configuração do perfil de leitos já existentes, quando e se necessário. O referido aditivo prorroga também a vigência do Décimo Quarto Termo Aditivo pelo prazo de dois meses a contar a partir de 1º de fevereiro de 2022, encerrando no dia 31 de março de 2022.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Detalhes sobre as consistências das práticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.3.

Estas informações financeiras intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Deste modo, estas informações financeiras intermediárias incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Abaixo estão relacionadas certas notas explicativas que não trouxeram alterações relevantes no período, se comparadas com a posição de 31 de dezembro de 2021, e que em virtude disso não estão sendo apresentadas ou estão sendo apresentadas de forma sumarizada.

- Sumário das principais políticas contábeis (Nota 2)

2.2 Base de mensuração, moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo apresentados em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Consistência das práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias são aquelas divulgadas em nota explicativa das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. No contexto dessas políticas não houve alteração relevante aplicável à Companhia no primeiro trimestre de 2022, permanecendo inalteradas a relação de normas novas, emitidas e ainda não aplicáveis ao negócio.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Bancos	4.120	1.206
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	7.110	5.433
	11.230	6.639

- (a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 101% do CDI em 31 de março de 2022 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O valor de R\$ 692 em 31 de março de 2022 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021) mantido no ativo não circulante atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia ao banco Santander, relativo a contratação das cartas fiança junto a Instituição financeira.

5 CONTAS A RECEBER

Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contraprestação pública	9.524	9.499
Receitas acessórias	115	115
Outros	1	2
	<u>9.640</u>	<u>9.616</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de março de 2022 e 31 dezembro de 2021, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a vencer	9.119	9.115
Vencidos		
De 1 a 180 dias	114	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	407	501
	<u>9.640</u>	<u>9.616</u>

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS/COFINS (a)	14.424	14.691
IRPJ/CSLL (b)	65	169
Outros	1.133	941
	<u>15.622</u>	<u>15.801</u>
Circulante	1.689	1.601
Não circulante	13.933	14.200

- (a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.
- (b) Referem-se aos pagamentos de IRPJ/CSLL calculados com base no balanço de suspensão e redução e IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

7 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto ao poder concedente, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte. O Contrato de Concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro.

Em 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo definindo a data para a revisão da composição do equilíbrio econômico-financeiro para abril de 2025, tendo até doze meses como prazo para a finalização das revisões.

As movimentações do ativo financeiro no período findo em 31 de março de 2022 e de 2021, são como segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2021	250.379
Adições	717
Remuneração	(8.443)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	6.403
Saldo em 31 de março de 2021	249.056
Circulante	33.848
Não circulante	215.208
Saldo em 1 de janeiro de 2022	259.842
Adições	674
Recebimento	(8.963)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	6.648
Saldo em 31 de março de 2022	258.201
Circulante	36.367
Não circulante	221.834

- (a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do exercício. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 10,75% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

8 IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado para o trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021 é demonstrada abaixo:

<u>Imobilizado</u>	<u>taxa anual de depreciação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2022</u>
Custo				
Instalações	10%	23	-	23
Computadores e periféricos	20%	222	6	228
Mobiliário	10%	205	-	205
Máquinas e equipamentos hospitalares	10%	3.155	-	3.155
		3.605	6	3.611
Depreciação				
Instalações		(2)	-	(2)
Computadores e periféricos		(91)	(9)	(100)
Mobiliário		(102)	(5)	(107)
Máquinas e equipamentos hospitalares		(324)	(79)	(403)
		(519)	(93)	(612)
Imobilizado líquido		3.086	(87)	2.999
<u>Imobilizado</u>	<u>taxa anual de depreciação</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2021</u>
Computadores e periféricos	20%	165	5	170
Mobiliário	10%	205	-	205
Instalações	10%	-	23	23
Máquinas e equipamentos hospitalares	10%	3.099	10	3.109
		3.469	38	3.507
Depreciação				
Computadores e periféricos		(63)	(6)	(68)
Mobiliário		(81)	(5)	(86)
Instalações		-	(0)	(0)
Máquinas e equipamentos hospitalares		(18)	(74)	(91)
		(162)	(84)	(246)
Imobilizado Líquido		3.307	(46)	3.261

Administração entende que tais valores são considerados como ativo imobilizado e não serão revertidos ao final da concessão.

9 DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

A movimentação dos saldos de direito de uso e financiamentos com arrendamentos para o período findo em 31 de março de 2022 é demonstrada nos quadros abaixo:

Arrendamentos	31/12/2021	Amortizações	Juros	Pagamentos		31/03/2022
				Principal	Juros	
Direito de uso / arrendamentos						
Equipamentos hospitalares com arrendamento	212	(47)	-	-	-	165
Software	273	(17)	-	-	-	256
	<u>485</u>	<u>(64)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>421</u>
Financiamentos com arrendamentos						
Equipamentos hospitalares	256	-	5	(54)	(5)	202
	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>(54)</u>	<u>(5)</u>	<u>202</u>
				<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	
Circulante				231	199	
Não Circulante				25	3	

Arrendamentos	31/12/2020	Amortizações	Juros	Pagamentos		31/03/2021
				Principal	Juros	
Direito de uso / arrendamentos						
Equipamentos hospitalares com arrendamento	403	(48)	-	-	-	356
Software	313	(2)	-	-	-	311
	<u>716</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>666</u>
Financiamentos com arrendamentos						
Equipamentos hospitalares	458	-	10	(47)	(10)	411
	<u>458</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>(47)</u>	<u>(10)</u>	<u>411</u>
				<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	
Circulante				217	221	
Não Circulante				241	190	

10 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores - confirming (a)	6.046	6.456
Fornecedores – terceiros	5.424	4.917
	<u>11.470</u>	<u>11.372</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 24.

- (a) Operação junto a instituições financeiras que consiste na antecipação de recurso aos fornecedores operacionais, permitindo o aumento do prazo médio de pagamento da Companhia. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias), entretanto, é possível que a Companhia possa assumir o custo financeiro de poucas operações por questões estratégicas de negociação e relacionamento junto ao fornecedor.

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS a recolher	122	124
COFINS a recolher	291	194
ISS a recolher	167	161
PIS diferido (a)	4.310	4.337
COFINS diferido (a)	19.853	19.978
ISS diferido (a)	12.910	12.992
Outros impostos	661	661
	<u>38.314</u>	<u>38.447</u>
Circulante	1.240	1.140
Não circulante	37.074	37.307

(a) A parcela dos impostos diferidos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ a recolher	-	97
CSLL a recolher	95	155
	<u>95</u>	<u>252</u>

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com financiamentos, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é demonstrada a seguir. Todos os financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 25, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	31/03/2022	31/12/2021
BDMG	Financiamento com garantia (a)	25/10/2021	25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	73.915	73.812
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	05/09/2019	10/09/2024	5,67%	237	114	127
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	16/10/2019	10/10/2024	5,54%	707	364	399
					<u>75.944</u>	<u>74.393</u>	<u>74.338</u>
Circulante						4.635	2.547
Não Circulante						69.758	71.792

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de março de 2022, a Companhia mantém aplicação no valor de R\$ 692 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021) referente cash colateral ligado à contratação de Cartas Fiança no Santander a título de garantia para seus financiamentos.

- (b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida.

A movimentação dos financiamentos da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2021	Principal			Juros e encargos			31/03/2022
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	73.812	-	-	-	2.822	-	(2.719)	73.915
HP FINANCIAL	127	-	-	(12)	4	-	(4)	114
HP FINANCIAL	399	-	-	(35)	10	-	(11)	363
	74.338	-	-	(47)	2.836	-	(2.734)	74.393

Instituição financeira	31/12/2020	Principal		Juros e encargos			31/03/2021
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	4.341	-	(750)	174	(33)	(379)	3.353
BDMG	2.891	-	(417)	29	-	(46)	2.457
BDMG	38.182	-	(1.568)	684	-	(755)	36.543
BDMG	17.772	-	(117)	202	-	(87)	17.770
BNDES	37.846	-	(1.617)	635	-	(643)	36.221
BNDES	10.162	-	(661)	142	-	(143)	9.500
HP FINANCIAL	183	-	(12)	4	-	(4)	171
HP FINANCIAL	531	-	(35)	11	-	(11)	496
	111.908	-	(5.177)	1.881	(33)	(2.068)	106.511

Em 31 de março de 2022, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2023	7.856
2024	8.866
2025	8.624
2026	8.577
Acima de 2026	35.835
	69.758

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas financeiras que tem como período de apuração os períodos de seis meses findos em 30/06 e 31/12 de cada exercício, para o último período de medição, findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

14 DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirografária, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviram de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia.

A operação teve carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					31/03/2022	31/12/2021
Debentures	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	57.225	57.109
Circulante (Principal)					1.231	5.656
Circulante (Custo emissão debentures)					(465)	(468)
					766	5.188
Não circulante (Principal)					58.769	54.344
Não circulante (custo emissão debentures)					(2.310)	(2.423)
					56.459	51.921

Debêntures	31/12/2021	Principal		Juros e encargos		31/03/2022
		Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	60.000	-	-	-	-	60.000
Juros contrato	1.097	-	-	1.108	-	2.205
Amortização juros contrato	(1.097)	-	-	-	(1.108)	(2.205)
Custo com emissão debentures	(2.891)	-	-	116	-	(2.775)
	57.109	-	-	1.224	(1.108)	57.225

15 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Em 31 de março de 2022, os saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas perfazem o valor de R\$ 595 (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Provisão</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/2022</u>
Trabalhista	620	-	(25)	595
Total	620	-	(25)	595
	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisão</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/2021</u>
Trabalhista	713	-	(19)	694
Total	713	-	(19)	694

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/03/2022			31/12/2021		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia. Não houve no primeiro trimestre de 2022 qualquer tipo de movimentação com relação a dividendos ou juros sobre capital próprio.

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

17 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de março de 2022 e de 2021 a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 31 de março de 2022 e de 2021 podem ser assim demonstrados:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
Numerador		
Resultado líquido do período	2.579	4.462
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,08	0,14

18 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
Receita de Operação	20.215	20.202
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão	6.647	6.404
Receita de Construção (a)	785	717
Outras Receitas	2	-
Receita bruta	27.649	27.323
PIS	(435)	(438)
COFINS	(2.004)	(2.019)
ISSQN	(1.383)	(1.366)
Impostos sobre serviços	(3.822)	(3.823)
Receita líquida	23.827	23.500

- (a) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.

19 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
Materiais e serviços de concessão	(11.613)	(10.945)
Materiais e serviços de obra	(690)	(615)
Gasto com pessoal (a)	(2.319)	(1.611)
Serviços de terceiros	(1.197)	(1.263)
Materiais	(199)	(236)
Despesa Tributária	(14)	(12)
Aluguéis	(76)	(12)
Depreciação e amortização	(157)	(135)
Outras	-	21
	(16.265)	(14.808)
Custo de serviço prestado	(12.679)	(11.905)
Despesas gerias e administrativas	(3.586)	(2.903)

- (a) No primeiro trimestre de 2022 os gastos com pessoal foi 43% maior do que o mesmo período comparativo de 2021 em função de reajustes salariais, aumento no quadro de colaboradores e constituição de PPR (Programa de Participação dos resultados 2022-2023).

20 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	81	34
Outras receitas financeiras	1	33
	82	67
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(4.050)	(1.866)
Juros sobre arrendamentos	(5)	(25)
Outras despesas financeiras	(105)	(129)
	(4.160)	(2.020)
Resultado financeiro, líquido	(4.078)	(1.953)

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativo</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa - IR / CSLL	1.566	1.715
Provisão para riscos trabalhistas	<u>202</u>	<u>232</u>
	1.768	1.947
<u>Passivo</u>		
Diferimento de receita	(36.360)	(35.931)
Resultado não-realizados de contratos com órgãos públicos	<u>(529)</u>	<u>(471)</u>
	(36.889)	(36.402)
	(35.121)	(34.455)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita (ii)	<u>(35.121)</u>	<u>(34.455)</u>

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.599	6.934
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(1.224)</u>	<u>(2.358)</u>
Compensação de prejuízo fiscal	(453)	(566)
Adições / Exclusões permanentes	<u>657</u>	<u>452</u>
	204	(114)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	<u>(1.020)</u>	<u>(2.472)</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(354)	(1.316)
Diferido	<u>(666)</u>	<u>(1.156)</u>
	(1.020)	(2.472)
Alíquota Efetiva	28,33%	35,65%

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	Custo dos serviços prestados	
	31/03/2022	31/03/2021
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	(789)	(588)
	(789)	(588)

- (i) Total incorrido com prestação de serviços de administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo e despesas compartilhadas que são contratadas pela holding (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido.

Dividendos propostos

Em 31 de março 2022 consta saldo a pagar de dividendos no montante de R\$ 26.454 no passivo circulante a ser liquidado no prazo de até 90 dias conforme deliberado em assembleia.

	31/03/2022	31/12/2021
<u>Passivo circulante</u>		
Saldo início do período	26.454	-
Dividendos Intercalares	-	69.350
Dividendos cancelados	-	(1.059)
Dividendos pagos	-	(48.198)
Constituição dividendos mínimo obrigatório	-	6.361
Saldo Final do período	26.454	26.454

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$ 719 e R\$ 256 em 31 de março de 2022 e de 2021, respectivamente.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/03/2022			Valor Justo
	Valor Contábil			Nível 1
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4.120	7.110	11.230	4.120
Aplicações financeiras	-	692	692	-
Contas a receber de clientes	-	9.640	9.640	-
Ativo financeiro	-	258.201	258.201	-
	4.120	275.643	279.763	4.120
Passivos				
Financiamentos	-	74.393	74.393	-
Debentures	-	57.225	57.225	-
Fornecedores	-	11.470	11.470	-
	-	143.088	143.088	-

31/12/2021				
Valor Contábil				Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	5.433	6.639	1.206
Aplicações financeiras	-	676	676	-
Contas a receber de clientes	-	9.616	9.616	-
Ativo financeiro	-	259.842	259.842	-
	1.206	275.566	276.772	1.206
Passivos				
Financiamentos	-	74.338	74.338	-
Debentures	-	57.109	57.109	-
Fornecedores	-	11.372	11.372	-
	-	142.819	142.819	-

24 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDBs, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 13 e 14).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Ativo financeiro	258.201	259.842
<i>Passivos</i>		
Financiamentos	(478)	(526)
Exposição líquida à taxas de juros pré-fixadas	<u>257.723</u>	<u>259.316</u>
<u>Exposição à taxas de juros pós-fixadas</u>		
<i>Passivos</i>		
Financiamentos	(133.915)	(133.812)
Exposição líquida à taxas de juros pós-fixada	<u>(133.915)</u>	<u>(133.812)</u>
Exposição líquida total a taxas de juros	<u>123.808</u>	<u>125.504</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de março de 2022;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 25 de abril de 2022, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/03/2022	Período até 31 de março de 2023				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Varição CDI	0,11650	0,11650	0,05825	0,08738	0,14563	0,17475
TJLP	Varição TJLP	0,06820	0,06820	0,03410	0,05115	0,08525	0,10230
IPCA	Varição IPCA	0,11300	0,11300	0,05650	0,08475	0,14125	0,16950
SELIC	Varição SELIC	0,11750	0,11750	0,05875	0,08813	0,14688	0,17625

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/03/2022	Período até 31 de março de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	7.110	7.110	6.696	6.903	7.317	7.524
		7.110	7.110	6.696	6.903	7.317	7.524
Efeito de ganho (perda)			-	414	207	(207)	(414)

Passivos financeiros		31/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Financiamentos	Variação IPCA	60.000	60.000	56.610	58.305	61.695	63.390
Financiamentos	Variação SELIC	73.915	73.915	69.572	71.744	76.086	78.258
		133.915	133.915	126.182	130.049	137.781	141.648
Efeito de ganho (perda)			-	7.733	3.866	(3.866)	(7.733)
Efeito de ganho (perda), líquido			-	8.147	4.073	(4.073)	(8.147)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 10,75% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

25 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

Seguradora	Categoria	31/12/2021		Valor
		Apólice	Vigência	
Axa Seguros S.A.	Risco Operacional	'028522021001901960002786	dez/2021 a dez/2022	476.965
Axa Seguros S.A.	Resp. Civil	028522021001903510007234	dez/2021 a dez/2022	30.000
Junto Seguros S.A.	Seguro e Garantia	000000000000507750314460	mar/2022 a mar/2023	26.200

Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias é seguro de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$ 26.200.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 16 de maio de 2022.

DIRETOR PRESIDENTE

Alan Brener

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
 Contador - CRC 286.064/O-3